

# A cidade Palco expressivo da portugalidade

*Walter Rossa*

**ESCREVER SOBRE *cidade*, COM ALGUM PROVEITO**, no número de uma revista essencialmente orientado para o Brasil deveria traduzir-se num exercício sobre o devir, ou melhor, num contributo para os contínuos debates e acções que no presente constroem o futuro. Como na maior parte do Novo Mundo, trata-se de um país de limite e matriz territorial há muito definidas, onde a abundância de espaço e de potencial natural quase só encontra paralelo na pujança do desenvolvimento da rede urbana e no desigual (ou desequilibrado) crescimento das suas cidades. Enfim, para uma sensibilidade fundamentalmente urbanística e territorial, o mais forte da imagem de síntese do Brasil é aquilo que ilusoriamente possa profetizar o futuro.

Mas no presente contexto — uma revista e um autor portugueses — a imagem que a isso corresponde tem forçosamente muito vivas as velaturas e fundos da História menos recente. No entanto, como para além de uma evidência é também um lugar comum o facto de ser com materiais da história que se constrói o amanhã, são dispensáveis quaisquer outras considerações sobre a importância que o conhecimento do passado tem para a construção sustentada do futuro. Mais do que um quesito de cultura e de identidade, é um problema de fundamento e equilíbrio, ou melhor, de ecologia do ser. Desde logo assim fica simultaneamente declarada a mais redutora tendência deste texto, mas também o potencial de operacionalidade da temática que aqui apenas se propõe indiciar.

Por outro lado, escrever em geral sobre *cidade* será sempre uma tarefa enciclopédica e por isso cada vez mais impossível, pois todos os domínios do saber e da cultura se cruzam nesse genuíno vórtice de civilização. Porque a imagem é cada vez mais parte importante da comunicação e também pela natureza da encomenda deste texto, da *cidade* interessa-nos aqui essencialmente o seu espaço, ou seja, o seu



Rua de Olinda, 1996. Fotografia de Walter Rossa.

*urbanismo*. De uma forma necessariamente simples, podemos dizer ser ele a estância de materiais com os quais cada um de nós constrói as suas imagens de cidade, ou seja, o suporte físico sobre o qual se desenrola e com o qual continuamente interage a nossa relação com a comunidade.

A percepção, conduta e vivência urbanas de cada um de nós é muito variada, o que não só afecta substancialmente o relacionamento com o habitat, mas também com os demais convivas da nossa existência. Da mais simples galeria de imagens mentais (que todas o são) composta por ícones urbanos e pontos de referência do dia-a-dia, aos esquemas abstraticizados numa planta de memória, cada um de nós tem uma forma específica de ver e de assim se relacionar com o espaço urbano.

Para a quase generalidade das pessoas é na arquitectura, no tratamento do espaço público e, em parte, no território (con)vertido em paisagem, que se recolhem os elementos que integram as imagens mentais (conscientes ou não) da cidade. Nelas, aliás, nunca deixa de ser fun-

damental o uso e outras experiências sensoriais para além das visuais, ou seja, a mais completa vivência do quotidiano. Também para os especialistas e profissionais das questões do espaço urbano, a arquitectura, o espaço público e o território da cidade são fundamentais, pois é com eles que se desenha e concretiza a forma urbana, conceito que diz respeito à matriz depois redutoramente registada em desenho de projecção ortogonal, as plantas ou levantamentos.

Ambos os domínios, o da imagem e o da forma urbanas, constituem-se assim como as principais plataformas de abordagem e análise à realidade urbanística de qualquer cidade. Porém, a resistência à transformação e perda de memória é muito menor na arquitectura e, ainda mais, no tratamento do espaço público, do que na forma ou traçado urbanos. E é assim que em muitas cidades contemporâneas onde hoje não existem exemplares arquitectónicos do que terá sido a imagem global do conjunto em tempos mais recuados, a matriz urbana fundacional persiste em conservar o seu papel regulador do espaço. Mantêm-no quer dentro dos limites iniciais, quer pela inevitável determinação dos seus eixos de crescimento ou pela interpretação do território que as lógicas de implantação, estruturação e fraccionamento próprios registaram.

Quando a este propósito se fala de arquitectura, é importante fazer notar a sua enorme abrangência. Por razões óbvias tendemos a associar ao termo os conjuntos edificados com especial destaque, seja ele devido à qualidade artística, a uma característica algo insólita ou à respectiva importância comunitária e/ou urbanística. Mas no que diz respeito apenas à arquitectura, a cidade não é só feita com edifícios de referência. Pelo contrário, são as construções anónimas e, na maior parte das vezes, algo repetitivas da mole urbana e a forma como cada urna delas se relaciona com a envolvente — o já referido tratamento do espaço público ou, em lin-

guagem própria, o *desenho urbano* ou a ausência dele — que lhe conferem os principais traços do seu carácter plástico, espacial e pictórico.

Qualquer acareação da actualidade com as representações antigas de um determinado espaço urbano comprova como as mais ligeiras alterações nesses (aparentemente insignificantes) domínios implicou importantes alterações na imagem global, sem que sejam tão frequentes e profundas as alterações da forma urbana. Enfim, se a imagem da cidade é directamente afectada pela algo volátil materialidade da sua aparência imediata, já o mesmo não sucede com o seu traçado e relação com o território.

Esta sumária evocação de alguns dos aspectos de uma área disciplinar — o *urbanismo* — que a generalidade dos cidadãos considera distante e feudo de iniciados, tem importância para a compreensão cabal da temática que aqui se pretende aflorar. Com efeito, se nos centros (ditos) históricos de muitos dos principais pólos urbanos brasileiros e em muitas outras cidades paradas no tempo é imediata a semelhança daquilo que ali se vê com o que se pode ver em muitos outros núcleos urbanos do antigo Império Português, o que cada vez mais interessa ir constatando é o facto de, em muitos locais onde essa imagem desapareceu sem ter sido reposta, a matriz urbana ser ainda a original.

Casos como Ouro Preto ou Olinda são *ex-libris* de um urbanismo colonial, diria até que de uma imagem colonial que hoje é desejada, quanto mais não seja por razões promocionais. A recuperação algo extremada de outro *ex-libris* colonial, a área do Pelourinho em Salvador, é disso exemplo bastante. São casos onde as características do território de implantação e as especificidades conjunturais da história urbana levaram a que a arquitectura dos edifícios comuns pudesse atingir a relevância paisagística dos equipamentos colectivos, nomeadamente igrejas, conventos e casas de câmara e cadeia.

Muitos outros núcleos urbanos espalhados por todo o território brasileiro poderiam aqui ser alinhados ao lado daqueles e com eles se estabeleceriam com a maior facilidade paralelos «fotográficos» com cidades de outras áreas geográficas do antigo universo colonial português, nomeadamente na costa ocidental da Índia, nas Ilhas Atlânticas e, claro, em Portugal. Notar-se-iam diferenças na moldura natural, na luz, nos materiais, nas gentes e nos adereços urbanos e pessoais. Seriam essencialmente diferenças de cor indiciando outras que a imagem por si só não transmite, como a atmosfera, o clima, os ruídos e os odores. Mas numa análise gráfica e volumétrica a preto e branco, nas massas, nas aberturas, nas soluções para as coberturas e abertura de vãos, nas proporções, nas soluções de encosto e fusão de volumes, enfim, na arquitectura, teriam (têm!) características constantes. É como se um programa, um partido arquitectónico único, tenha sido imposto para uma *dócil* imagem de unidade e, porque não, de poder.

De certa forma sabemos que assim foi, mas mais por necessidade que por determinação. O espaço era demasiado e a necessidade de urbanizar uma evidência desde o momento em que os novos territórios passaram a ser cobidos por outros povos. A experiência acumulada no Norte de África e no Oriente, pesem embora as totalmente diversas realidades preexistentes, aconselhava então uma célere militarização da metodologia do processo, agenciando tudo e todos para a territorialização de um Império que até então pouco mais era que marítimo e comercial. Num processo racional, evolutivo, mas lento, o sistema colonial português investiu no reconhecimento, medição e demarcação dos seus territórios com um inequívoco desígnio de unidade, aliás único por entre todas as demais potências coloniais apostadas na América. Em boa medida a tudo isso se deve a unidade e extensão territorial do Brasil e a coerência gené-



Aspecto da zona central de Belém, 1997.  
Fotografia de Walter Rossa.

rica que esse vasto território tem, se visto à macro-escala geral da geografia do continente sul-americano. Refiro-me, claro, à mítica (e circum-navegável) «Ilha Brasil».

A imagem colonial que ainda está bem presente em algumas cidades brasileiras é assim o resultado de um programa e método pragmáticos e ímpares relativamente aos restantes processos coloniais na América. Seguindo caminhos e obtendo resultados bastante diversos, só o Império Espanhol logrou materializar um feito idêntico, pois as nações que emergiram da América Inglesa e Francesa foram territorialmente reconhecidas, balizadas e urbanizadas já após as respectivas independências. Num rápido exemplo, note-se como as treze colónias inglesas que se uniram para a revolução que conduziria à formação dos Estados Unidos, para além dessa característica fragmentária, eram então territórios relativamente pequenos onde a expressão espacial dos próprios núcleos urbanos de maior importância era, salvo raras excepções, rarefeita ou quase rural.

Também nas opções construtivas se fixaram diferenças. A expressão e a perenidade arquitectónica e urbanística resultantes da construção em madeira é necessariamente diversa das alvenarias ou taipas da ancestral cultura técnica ibero-mediterrânica. Pelas mesmas razões, também a estrutura cadastral e a forma urbana são afectadas, pois até a dimensão dos lotes é forçosamente diversa quando, por razões construtivas, as soluções de encosto ou a dimensão máxima praticável para os vãos dos compartimentos dos edifícios comuns diferem. Ao nível da essência arquitectónica das respectivas imagens, as cidades açoreanas ou brasileiras eram necessariamente diferentes das da Virgínia ou da Nova Inglaterra coloniais. Já agora, tal como Lisboa divergia de Londres.

Enfim, através deste muito incompleto sumário podemos vislumbrar como um sem número de questões levaram ao apuramento de especificidades próprias às cidades coloniais no território brasileiro. A comparação com outros processos, que, com excepção para as antigas colónias espanholas, continua por fazer de forma aprofundada, será sempre um meio expedito de o verificar.

Mas tudo isso — o domínio da imagem e a subjacente importância da arquitectura — não deixa de ser o mais óbvio e imediato. Como já aqui referi, é também o mais volátil. No entanto, também as antigas cidades portuguesas no Brasil onde o processo histórico levou a que a obliteração da imagem se adiantasse à era das preocupações e do interesse pelo Património, mantêm na sua materialidade urbanística muito daquilo que então eram. Refiro-me ao traçado, à forma urbana e/ou ao partido urbanístico fundamental.

Fixemo-nos no Rio de Janeiro. Para além do Paço e da quase totalidade dos edifícios religiosos implantados na área conhecida como o Centro, pouco ou nada resta em termos de evidências arquitectónicas da velha cidade colonial.

Uma cintura viária e portuária, bem como uma densa e alta mole de edifícios de serviços, contribuem consideravelmente para a caracterização de uma paisagem urbana que em nada tem a ver com as imagens do passado. O próprio morro onde os portugueses primeiro estabeleceram uma estrutura com características urbanas — o Morro do Castelo — foi rapado para dar lugar ao conjunto urbano de serviços hoje postado entre os jardins que envolvem o Museu de Arte Moderna, a zona da Praça 15 e o Aeroporto Santos Dumont.

No topo daquele morro, para além da tímida estrutura defensiva que lhe deu o nome, estiveram no início a Casa da Câmara e Cadeia, a Casa da Fazenda, a primeira igreja matriz carioca e o colégio jesuíta. Dali partiu para oeste o primeiro eixo viário da várzea, ligando o núcleo urbano fundacional com o Convento de S. Bento. Bem

cedo seria conhecida como rua Direita e hoje não é mais nem menos que a buliçosa rua Primeiro de Março.

Aquela rua, como outras de igual importância em tantas outras cidades portuguesas, era paralela à praia, mas já então potencialmente interior. Em termos locativos, mas também no que diz respeito à geometria da implantação, à topografia e à lógica da relação que estabeleceu entre aqueles dois importantes pólos urbanos, estava fadada para ser o eixo estruturante do desenvolvimento urbano e urbanístico. À medida que se iam secando os terrenos, cedo se foram ali fixando importantes instituições. Mais ou menos a meio do seu curso conformar-se-ia uma praça — o Largo do Carmo, hoje Praça 15 — onde em posição emuladora da do Paço da Ribeira lisboeta veio a ser erguido o Paço dos Governadores, também ele



Ponta Delgada, Açores.



João Massé, *Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Com suas Fortificações*, 1713. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino (inv. Rio de Janeiro 1064).  
Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra

Paço Real quando em 1808, na prática, a cidade passou a ser a verdadeira cabeça do Império Português.

Porém, bem mais importante para o raciocínio seguido neste texto é o facto de ter sido através de um arruamento de perpendiculares e paralelas que se estruturou a cidade à medida que crescia. O tabuleiro reticulado que ainda hoje rege a estrutura viária do Centro carioca já nada tem do casario da cidade colonial, mas mantém na sua matriz geométrica e no ritmo da sua divisão cadastral praticamente tudo

quanto desde a sua implantação para ali se estabeleceu. Inclusive parte considerável da toponímia de ruas e locais persiste, igual acontecendo com a lógica de orientação dos eixos de crescimento e ligação a outros pólos da cidade, muitos deles também de fundação remota. Isto é, a matriz da cidade colonial continua a sê-lo para a pululante metrópole dos nossos dias, ainda que uma possante estrutura de grandes eixos viários lhe tenha sido sobreposta. Refiro-me, obviamente, às avenidas Rio Branco, Presidente Vargas, etc.

Como já aqui foi declarado, casos como o Rio de Janeiro são correntes. E são-no não só na persistência da forma e traçado urbanos coloniais, mas também na respectiva regularidade e racionalidade, ou seja, na geometria do desenho da sua planta. É essa outra realidade da maior importância para a caracterização da cidade colonial brasileira. Matéria hoje incontestada entre especialistas, o facto é que uma arraigada tradição historiográfica continua a manter a ideia de que a regra para as cidades portuguesas no Brasil foi a desordem, ou melhor, o estabelecimento e crescimento urbanos processados de forma orgânica. Que definitivamente se tire daí a ideia.

Na realidade os casos mais pitorescos e emblemáticos — a título de exemplos, por que não referir novamente Ouro Preto e Olinda — aparentam uma estrutura planimétrica longe de qualquer regra geométrica ou opção racional. Mesmo esta asserção é discutível, embora tal não possa aqui ser desenvolvido. São, no entanto, casos pontuais, estabelecidos e desenvolvidos fora da mais directa alçada do poder real. Porque este, quando entendeu e pôde intervir, como na Praça Tiradentes em Ouro Preto, fê-lo com ordem, aliás, com o claro desígnio de finalmente a estabelecer. De facto, a regra por entre as cidades fundadas pelo rei — recordemos apenas (e simbolicamente) a primeira cidade e capital do Brasil, Salvador, e a capital mineira bem junto a Ouro Preto, Mariana — é a regularidade e ordenamento do traçado, da distribuição de lotes (cadastro) e das próprias construções.

Nem os meios nem o método castrenses atrás referidos poderiam ter conduzido a qualquer outro resultado. Nem a sistemática urbanização de vastas áreas pelo interior, como a Amazônia ou o Mato Grosso através da fundação de dezenas de vilas e cidades em escassas décadas, poderia ter sido concretizada com recurso a

meios menos expeditos. O que nos tem iludido é, uma vez mais, a aparência multifacetada, a inteligência na escolha dos locais e a criativa diversidade de soluções formais, dimensionais e planimétricas propostas e implementadas pela Engenharia Militar portuguesa. Com efeito, dotados de uma profunda e actualizada formação teórico-científica nas Academias de Fortificação espalhadas pelo Império e tirocinados em operações onde a arquitectura e o urbanismo eram apenas um dos vectores da sua acção, os engenheiros militares portugueses constituíram-se no verdadeiro escol de agentes polyvalentes do Estado nos territórios do Império.

Na sua globalidade, a política de ordenamento pela medição e urbanização foi um dos aspectos mais relevantes na consolidação do sistema colonial português, sendo, por isso mesmo, ainda hoje um dos mais fortes e vivos elos de identidade entre as comunidades que delas usufruem, nomeadamente no Brasil, precisamente o território mais extenso. Estudos segundo metodologias variadas e oriundos de campos disciplinares bastante diversos têm de facto vindo a tornar evidente como esse fenómeno civilizacional a que, por conforto e abuso, aqui poderemos chamar *portugalidade*, ficou registado no espaço de forma quiçá menos evidente, mas tão ou mais viva e perene que a própria língua. Aliás, numa perspectiva ocidental *língua* e *cidade* constituem-se como premissas basilares de qualquer *civilização*, até porque são fundamentais e complementares à comunicação numa dinâmica de comunidade.

O entendimento dos territórios abordados pelos portugueses na sua diáspora expansionista e descobridora, ocorreu não só segundo a realidade em que consistiam, mas também pela cultura com que cada colono os percepcionava. E a importância deste último factor amplia-se quando procuramos entender as opções tomadas ao longo das acções de fixação e de desen-

volvimento da presença portuguesa fora do continente europeu.

Hoje, quando temos uma clara percepção do globo terrestre, já logramos medi-lo e cartografá-lo com razoável exactidão e se encontram claramente definidos os limites dos territórios entre países (até em situações de conflito extremo), só na nossa relação com o espaço extra-Terra nos é possível vislumbrar e sentir uma incerteza semelhante à dos nossos antepassados quando chegaram à costa oriental da América e perscrutaram o interior, ou até quando já tinham reconhecido a totalidade do perímetro desse imenso continente. Essa interacção entre o conhecimento e o desconhecido, a tentativa e a experiência teve, obviamente, efeitos de retorno para a nação de origem, mas também para outros territórios por vezes tão distantes quanto meio mundo, estabelecendo-se circuitos de comu-

nicação susceptíveis de formar comunidade e cultura pré-globais.

No Brasil de hoje, como desde então, a urbanização prossegue, expandindo-se as cidades, mas também a rede urbana, que de facto ainda não cobriu o sertão. Na era da cidade do automóvel e dos grandes e encerrados *malls* comerciais, a evolução dos modelos urbanos vai apresentando características cada vez mais distantes do que são as matrizes dos velhos centros urbanos coloniais. Mas são opções sobre as quais a cultura espacial dos utentes, em conjugação com novos comportamentos urbanos, acaba por levar à introdução, inclusão ou recuperação de pequenos focos de evocação da memória e da identidade. Pelo meio de enormes problemas e dificuldades, assim se ministra uma capacidade recriadora e selectiva própria à evolução sustentada da urbanidade.

Rua de Mariana, 1996. Fotografia de Walter Rossa.

